

Desmatamentos na Amazônia caem em 65%

O desmatamento realizado este ano na Amazônia Legal foi reduzido em 65 por cento em relação ao ano passado, as queimadas em todo o País diminuíram em cerca de 30 por cento e a área de preservação ambiental obrigatória das propriedades da Amazônia, deverá passar dos 50 por cento atuais para até 80 por cento a partir de 1991. Esses números foram apontados pela presidente do Ibama, Tânia Munhoz, como significativos avanços do ano na área ambiental.

Para Tânia Munhoz, a fiscalização dos desmatamentos, queimadas e corte de madeira, continuarão sendo alvo das atenções com vista a conter a degradação ambiental, em função dos 400 milhões de hectares que se encontram desmatados no País. A criação de mais reservas extrativistas, também receberá atenção especial na destinação de recursos, para que tenham um conceito moderno em termos de viabilidade econômica da sua produção.

O Ibama em 1990 instituiu uma comissão para estudar a concepção e implantação do selo de controle de qualidade ambiental, com o objetivo de criar uma maior consciência e educa-

ção ambiental no consumidor no sentido de que este identifique o produto menos agressor. Segundo Munhoz, com a adoção do selo verde, automaticamente se estará estimulando e reconhecendo as empresas não poluentes e que utilizam tecnologias ambientais limpas.

Munhoz frisou que na área da legislação ambiental, será feita a unificação desta, que atualmente está resumida em portarias e decretos resultantes dos quatro órgãos que deram origem a área do meio ambiente atual. Com esse procedimento o setor de fiscalização terá os 90 tipos de infrações resumidos num único documento.

Em agosto passado o Ibama passou a considerar as motosserras como armas, exigindo a partir daí o registro obrigatório e a licença de porte e uso a seus proprietários. Até o início do mês, mais de 400 mil motosserras já haviam sido cadastradas no Instituto em todos os estados.

Em novembro, a presidente do Ibama apresentou ao Conselho do Programa Homem e Biosfera, da Unesco, em Paris, proposta de transformar duas áreas da Mata Atlântica nas primeiras reservas da biosfera do País.

Bird investe US\$ 117 milhões

A assinatura do acordo entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Banco Mundial (Bird) no valor de 117 milhões de dólares, para viabilizar as ações do Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA), nos ecossistemas do Pantanal, Mata Atlântica, zoneamento costeiro e desenvolvimento institucional, segundo Tânia Munhoz, foi um dos grandes avanços da política ambiental de 1990.

Munhoz frisou que o acordo levou três anos para ser celebrado, mas viabilizará muitas ações no prazo de três anos. O Brasil segundo o acordo entrará com a contrapartida de 33 milhões de dólares. No último dia cinco de dezembro o Banco Mundial liberou a primeira parcela de 10 milhões de dólares, restando ao Brasil depositar a sua parte para o programa deslançar em janeiro próximo.

Estes recursos do Banco Mundial foram emprestados ao Brasil com juros de 7,5 por cento ao ano e serão pagos dentro de cinco anos, e chegam a representar segundo Munhoz, cerca de 20 a

30 por cento do orçamento do Ibama.

Outro acordo relevante foi firmado com o governo alemão no valor de 150 milhões de marcos a serem aplicados na preservação de florestas tropicais e desenvolvimento de pesquisas. Tânia Munhoz frisou que várias missões oficiais estrangeiras, entre as quais do Japão, Alemanha, Estados Unidos e Finlândia, visitaram o Ibama, mas que a perspectiva de se realizar algum acordo a curto prazo é quase nenhuma. Munhoz enfatizou no entanto, que o Brasil centralizará no momento a atenção em termos de meio ambiente, não só pela Amazônia mas também por ser a sede da Conferência Mundial do Meio ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Outra conquista em termos financeiros foi realizada através do credenciamento do Sistema Asbace (Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Estaduais), como agente arrecadador, em todo o território nacional das receitas próprias do órgão. Com esta ação o Ibama agilizará a arrecadação das multas, licenças e registros.